

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 6/25

2025/04/15



QUADRIÊNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2025

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUIS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E SANDRA MARIA DA SILVA MARTINS, EM SUBSTITUIÇÃO DE MANUEL DE ALMEIDA VIEIRA.

A reunião foi secretariada por Arménia Sílvia de Carvalho Braga Pereira, Licenciada e Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal.

Sendo dez horas e dezasseis minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.



1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia tendo-se verificando as intervenções dos vereadores, Ricardo Sousa, Dr^a Sandra Martins e do Senhor Presidente da Câmara.

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou o seguinte: “Senhor Presidente tenho aqui alguns temas de que já tenho falado sucessivamente, infelizmente, para nós todos muitos deles não têm tido resolução ou por impossibilidade, ou por opção e por essa razão vou voltar a falar deles e outros vou pôr em cima da mesa. Na última reunião fiquei com a perceção de que tínhamos garantia do estudo de impacto ambiental da fábrica que eu designo de *lixo* e o Senhor Presidente designa de *biorresíduos*. Pergunto se já tem novidades sobre isso, eu pensava que teríamos, mas eu ainda não tive acesso ao estudo, tinha dito que me faria chegar e perguntar o porquê de não termos esse estudo de impacto ambiental. Paralelamente, perguntar-lhe se a *AMBISOUA* já o apresentou na *CCDR-N*, porque ao apresentá-lo lá naturalmente que teríamos acesso ao estudo e já o teríamos connosco também. Senhor Presidente, passou o dia 31 de março e como já fecharam as candidaturas para apresentação do projeto da *ETAR*, perguntar se efetivamente o projeto foi apresentado e se já temos mais garantias para a possibilidade de resolução de mais um problema que se arrasta há muitos anos. Disse-nos que a empresa de águas de Paços de Ferreira é que ia ficar responsável pela apresentação desse projeto, se isso foi apresentado ou não. Vi aqui alguns ajustes no *Plano e Orçamento* dos *SMAS*, perguntar-lhe se toda a água que é distribuída no município de Paredes é comprada em alta ou se também temos captações e perguntar-lhe ainda se algum dos subsistemas já adquiriu por diversos motivos água aos *SMAS* dado que só os *SMAS* é que pode adquirir em alta. Isso já alguma vez aconteceu desde que as águas se tornaram municipais? Senhor Presidente, aquando das férias de Carnaval eu alertei aqui e acho que é pertinente para nós todos e faz todo o sentido, a questão dos transportes, eu sei que em tempos fizeram ou tentaram fazer uma reunião com os presidentes de Junta para perceber as carências ao nível dos transportes que foram criados e designados por *UNIR*. Nós estamos aqui numa bolsa com outros concelhos, mas há coisas que não podem acontecer e eu



transmiti aqui que nas férias do Carnaval foram 2 ou 3 dias, agora as férias da Páscoa são substancialmente mais dias e há carreiras que não funcionam quando as escolas estão fechadas. Isso inibe as pessoas de irem para os locais de trabalho o que a meu ver não pode acontecer, há pessoas que trabalham na *Zona Industrial de Rebordosa* e que vêm da zona de Baltar ou de Vandoma e porque estão em férias na escola têm que ir para Gandra e depois de Gandra apanhar um autocarro e com isto terem que sair mais tarde ou mais cedo do trabalho ao fim da tarde e não cumprirem os horários das empresas ou levantarem-se mais cedo 1 hora para tentar chegar mais cedo ao trabalho porque não há carreiras nestes 15 dias. Nós estamos habituados a ver em Lisboa as greves da *CARRIS* em que muitas das pessoas, infelizmente, chegam tarde ao trabalho, mas em Paredes acho que não temos essa necessidade. Eu alertei aqui no Carnaval e acho que já devia ter sido corrigido, chamar a atenção a *UNIR*, porque isto não pode acontecer dado que prejudica os paredenses e a primeira linha de defesa será naturalmente o município e a representá-lo está o Senhor Presidente. Sei que amanhã vai haver aqui uma visita formal e oficial e dizer-lhe que podemos aproveitar a oportunidade e o Senhor já disse que estava comigo, porque urge resolver o problema das portagens da *A 41* e da *A 42*, que é um tema pertinente e quem estará cá amanhã tem responsabilidade nessa matéria também e urge que nós não sejamos discriminados. Paredes é um concelho pagador, não é um concelho recebedor, porque paga mais impostos do que aquilo que recebe do Estado português, já não basta os problemas que temos na saúde e na justiça também, porque o Tribunal Paredes devia já ter outras valências e não tem. Na saúde, é o estrangulamento que existe no *Centro Hospitalar Tâmega e Sousa* e já agora lembrar que em tempos pedi-lhe os números de 2024 sobre se houve um acréscimo de atendimentos de intervenções no bloco. Espero que esses números me sejam facultados porque, tendo as autarquias lá um representante fará todo o sentido termos acesso aos números para percebermos se a evolução é positiva para que os paredenses possam ter acesso à saúde e é isso que me preocupa e é aqui que estamos a discutir a questão essencialmente dos paredenses e do concelho de Paredes. Senhor Presidente, aproveitando a questão de amanhã, lançar um repto, porque acho que ainda vamos a tempo, nós temos até julho de 2026, não sei se o prazo será prorrogado por alguns meses mais, porque há quem fale disso nos corredores por causa do *PRR*, mas é uma questão estrutural. Eu sei que as visitas amanhã ocorrerão nesse sentido, tem a ver com a habitação social e habitação a custos controlados e o 1º *DIREITO*, mas faria sentido lançar um desafio porque acho que conseguíamos ainda até junho de 2026 alcançar mais na habitação social. Eu não discuto aquela



que foi feita, acho que é necessária, as pessoas viviam claramente em situação precária, percebia-se isso, mas a única coisa que eu venho dizendo desde o início é que era cara e podíamos ter poupado ali algum dinheiro e que era preciso fazer mais porque há muitos paredenses com necessidade de habitação social. Daí lançar este repto porque se calhar ainda podíamos ir a tempo, temos um ano e pouco é muito apertado, mas, eventualmente, podemos conseguir fazer mais alguma habitação social. Senhor Presidente, ando a acompanhar a reparação do bairro de Cristelo de que em tempos falei, agora efetivamente e felizmente já não chove dentro das casas porque a situação foi resolvida e perceber quando é que de facto vão fechar as intervenções dentro das habitações. Aquelas habitações onde entrava a água estão naturalmente muito degradadas, com bolor e com o reflexo da humidade, para algumas das casas serem intervencionadas, uma das propostas que foi feita às pessoas que lá vivem foi a de irem para casa de familiares, mas se não tiverem familiares que os possam receber, acho que se devem criar condições dignas para fazer este transporte. Sei que uma das propostas que foi colocada em cima da mesa é a de colocar lá contentores transitoriamente por alguns dias e o que eu peço é que haja aqui algum cuidado com estas famílias para que efetivamente tenham alguma dignidade. Senhor Presidente, sei que não é fácil de um dia para o outro, não se resolve de um dia para o outro, mas a reestruturação dos horários na recolha do lixo ainda não se enquadrou com a fluidez que já houve nesta recolha. Poder-me-á dizer que a recolha é maior, que temos mais toneladas e com isso mais dificuldades, mas para o cidadão comum isso não será a resolução do problema, a resolução do problema é não vermos os contentores de lixo vários dias sobrecarregados sem que essa recolha seja feita. Senhor Presidente, já nem falo na inauguração do canil, percebemos que o parque que está a ser construído ao lado está demorado, começou há muito, a construção do canil já vem de 2018/2019, o que eu menos quero é que Paredes seja conhecido como um concelho que efetivamente tem uma dificuldade com os animais errantes. Vou dar um exemplo, a primeira vez que fui à Roménia, Bucareste, quando saí do aeroporto a coisa que vi foi centenas de cães vadios até chegar ao centro de Bucareste. Se me perguntar hoje qual é a primeira memória que eu tenho de Bucareste, efetivamente é essa. Não quero que as pessoas que visitem Paredes fiquem com uma primeira imagem de que somos um concelho desorganizado e que não tem sensibilidade animal, porque temos e quero acreditar que todos temos nesta sala e por isso, acho que urge fazer mais alguma coisa a esse nível. Foi feito um protocolo com uma associação também acerca dessa matéria, mas é preciso darmos outros passos para isso. Dar os parabéns o *Futebol Clube de Cristelo* pela subida e



dar os parabéns ao *União Sport Clube de Paredes*, porque efetivamente, nós estamos aqui num momento em que eles vão disputar a subida e qualquer clube do nosso concelho que faça um caminho positivo e meritório temos que dar os parabéns às respetivas direções pelo trabalho que foi feito. Por último proponho um *VOTO DE PESAR* pelo falecimento de uma jovem que era autarca na freguesia de Paredes, tinha 33 anos, era professora de Matemática em Braga e que tinha um futuro pela frente fantástico, infelizmente, a vida não lhe correu como infelizmente não corre a muitos paredenses, mas ela sendo autarca, acho que a devíamos citar aqui e estou a propor que se aprove esse *VOTO DE PESAR*, se assim o entenderem.”

Interveio a vereadora Dr^a Sandra Martins que referiu: “Senhor Presidente, começar por lhe questionar uma situação que tem vindo a ser recorrente, no início do mandato são fixadas as datas para as reuniões de câmara mensais, no entanto, temos vindo a deparar com sucessivas alterações e o mês de abril não foi exceção, portanto, no dia 2 de abril foi publicada a alteração das reuniões para o mês de abril, a reunião de hoje, dia 15 de abril e uma segunda reunião, dia 22 de abril. Sete dias depois somos confrontados com uma nova alteração da reunião de 22 para 23 de abril. Senhor Presidente, há vereadores que têm uma atividade profissional que não está ligada à Câmara Municipal e, portanto, têm que organizar todos os meses a sua vida para poderem estar presentes nas reuniões. A questão que eu coloco aqui é qual a razão de ser para esta alteração de 22 para 23 de abril? Senhor Presidente, é sobejamente conhecido que as ruas de Paredes estão num estado de deterioração muito grande. Não tem havido um plano de intervenção municipal para a reabilitação dessas ruas, cada vez mais é visível e notório a degradação. A título de exemplo, aqui ao lado de um edifício que custou ao município cerca de 11 milhões de euros, nós temos ruas que estão num estado lastimável e intransitável. Dou como exemplo a Rua da Adega que é uma rua que dá acesso ao *Centro Cultural de Paredes*, uma rua bastante movimentada e que, neste momento, uma grande parte da sua extensão se encontra intransitável e com a agravante que é uma rua que dá acesso a um estabelecimento de ensino e que tem todos os dias, ao início da manhã e ao final do dia causado enormes transtornos inclusive com algumas viaturas impossibilitadas de circular nessa via. A questão aqui seria para quando um plano de reabilitação das vias municipais de fundo e que permita que as nossas vias sejam minimamente transitáveis porque, infelizmente, ainda temos vias com buracos em toda a sua extensão? Não é primeira vez que trago cá este assunto, mas ao que sei, ainda não estará concluído, tem a ver com a questão dos



terrenos da *Zona Industrial de Baltar*. Senhor Presidente, a última vez que o questionei sobre este assunto disse-me que estariam a decorrer reuniões para negociação com os particulares que foram afetados pela intervenção nesses terrenos por parte da empresa que terá permutado terrenos próprios com terrenos do município. A questão que coloco é se essas negociações estão concluídas, se houve acordos com particulares e se os houve, qual o alcance desses acordos? Quais foram os valores que foram pagos pelo município e em que medida é que esses acordos foram feitos? Se não houve acordos, se existem ainda particulares cujas negociações ainda não chegaram a bom porto e por que motivo? Neste momento, que providências está o município a tomar para a resolução desse problema?"

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que sublinhou: "Relativamente às questões colocadas pelo Senhor vereador Ricardo Sousa, dizer que o *estudo de impacto ambiental* foi entregue na semana passada à *CCDR-N* e, portanto, temos aqui 2 pen's com o estudo para entregar aos senhores vereadores para o poderem consultar. Tal como era previsível, o único impacto ambiental que poderia ter algum significado prendia-se com a impermeabilização dos solos, nem tanto decorrente da *Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos*, mas pelo facto de haver já muita ocupação na Zona Industrial mais a *Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos*. Isto ditou que ao fazermos agora a rua de acesso, tenhamos que fazer umas bacias de retenção para diminuir o caudal de águas que, quando há fortes chuvadas, chegam depois às passagens hidráulicas. Aliás, nós próprios vamos avançar com um estudo mais profundo sobre a questão das águas pluviais, mas isso já pelo município, porque tendo em conta que na Zona Industrial vão ser fixadas mais unidades, impõe-se estudar a questão das águas pluviais para o que realmente fomos alertados. Nunca houve um estudo para ver bem essa questão das águas pluviais e à medida que vamos preenchendo aquela Zona Industrial com mais empresas, mais água há a escorrer naquelas encostas e como temos quer a estrada nacional, quer a autoestrada, isso tem que ser estudado. Portanto, esse era o único impacto que podia existir, mas com as bacias de retenção fica a questão completamente salvaguardada e, por isso, não há qualquer impacto ambiental a assinalar. Entretanto, a *CCDR-N* marcará as reuniões para explicação quer do projeto quer do *estudo de impacto ambiental* e decorrerá o processo normal até ter a aprovação do estudo. Quanto à questão da candidatura da *ETAR*, sabemos que houve uma prorrogação do prazo, mas vamos colocar essa questão à Câmara de Paços de Ferreira no sentido de sabermos se já apresentou a candidatura ou



não, se bem que o prazo foi prorrogado. O que lhe posso dizer é que todas as candidaturas que tínhamos que apresentar ao *Portugal 2030* estão praticamente todas apresentadas agora essa de Paços de Ferreira teremos que colocar a questão. Quanto à questão que colocou sobre os SMAS se já algum subsistema tinha adquirido água à *ÁGUAS DOURO E PAIVA*, através dos SMAS, não, só houve aquela situação daqueles fornecimentos que fizemos na altura do verão através de cisterna. A água que foi transportada era água das *ÁGUAS DOURO E PAIVA*, mas não houve aquisição nenhuma. Quanto aos SMAS, têm uma captação, mas é só em Aguiar de Sousa, uma captação em Aguiar de Sousa, aí não é *ÁGUAS DOURO E PAIVA*, é uma captação que existe lá, mas devidamente tratada. Quanto à questão do transporte das pessoas em período de férias escolares, dizer que há cerca de 2 semanas nós tivemos uma primeira reunião com a nova administração da empresa de transportes da *Área Metropolitana do Porto* e essa foi exatamente uma das questões que foi muito debatida dado que não havia justificação para que houvesse uma diminuição das carreiras, sobretudo naquele período da manhã e ao final do dia. Tomaram nota, ainda estão a tomar as rédeas sobre o funcionamento da empresa, mas penso que isso já vai ser tido em conta. Nós estamos encima dessa questão porque não há razão para diminuir nessa altura. Quanto às questões das portagens na *A41* e na *A42*, já há estudos para que, pelo menos, o transporte pesado na *A41* possa ficar isento, justamente para aliviar a circunvalação. Quanto aos ligeiros ainda não, mas penso que isso poderá ser um primeiro passo para depois se chegar lá."

O Senhor vereador Ricardo Sousa disse o seguinte: "Senhor Presidente, aqui a questão que se debate é que no nosso concelho maioritariamente as empresas são pequenas e microempresas e os transportes usados são os transportes ligeiros até 3.500 quilos. Imagine uma pessoa que esteja na *Zona Industrial de Lordelo* que faz a *A41* até Aguiar de Sousa porque depois já sai do concelho, o custo por quilómetro é exacerbado, é dos mais caros do País. O que eu estou aqui a dizer já disse noutros fóruns com o mesmo teor e acho que fará sentido reforçar esta mensagem junto do Senhor Ministro, para que eles tenham a perceção daquilo que é feito, ainda por cima o Vale do Sousa é das áreas do País onde o rendimento per capita é mais baixo."

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu e adiantou: "Quanto à questão dos números dos hospitais, vamos solicitar à administração que nos informe sobre o número de internamentos e de intervenções cirúrgicas para depois podermos comunicar aos senhores vereadores. No que



respeita à questão das habitações sociais e habitações a rendas acessíveis, dizer que nós fomos contemplados com 3 candidaturas aprovadas de habitações sociais, que foi a construção para o realojamento da *Comunidade Cigana*, mais as obras no empreendimento em Cristelo e mais as obras que estão a ser feitas no empreendimento em frente ao cemitério municipal e com 2 para habitações a rendas acessíveis, uma que vai permitir a requalificação de um edifício que estava inacabado em Gandra e outra que vamos construir de raiz em Baltar. Uma das questões que amanhã será discutida com o Senhor Ministro prende-se com o compromisso do Governo de, através de uma linha do *BEI*, aquelas candidaturas que tinham sido apresentadas para construção de habitação a rendas acessíveis sejam contempladas com financiamento do *BEI*. Portanto, se isso vier a ser uma realidade como eu penso que vai ser, depois já não terá aquele horizonte temporal de meados de 2026 para terminar, aí podemos avançar com essas habitações a rendas acessíveis que tínhamos projetado para outros locais, nomeadamente para Rebordosa, para Gondalães e outras candidaturas que já tínhamos para a Sobreira. Os projetos estão feitos, portanto, havendo financiamento, eles avançam de seguida. Quantas às obras das habitações sociais que estão a ser feitas em Bustelo, claro está que são sempre obras mais complicadas de fazer porque há pessoas dentro das casas, quer essas, quer as do *Bairro O Sonho*, de qualquer forma, o empreiteiro tem tentado fazer tudo para minimizar estes incómodos. A questão da entrada das águas era mais na parte das lavandarias, mas por dentro vão ser pintadas, portanto, não há qualquer tipo de constrangimento a esse nível e, neste momento, já não acontece porque os rufos que faltavam colocar já foram colocados. Quanto à questão da recolha de lixo, o atraso principal tem sido na recolha dos diferenciados, isto é um pouco as *dores de crescimento*, é um serviço que começou a ser feito pela *AMBISOUA* que ainda está no processo de aquisição de mais camiões para o fazer e estou convicto que, entretanto, isso vai deixar de acontecer. No que se refere aos animais, essa é talvez das questões mais complicadas com que qualquer concelho se debate. Nós temos sensibilizado no sentido da esterilização para conter a disseminação dos animais, mas depois há regras que são complicadíssimas. Por exemplo, se capturarmos uma ninhada de gatos podemos esterilizá-los e voltar a pô-los cá fora, já com os cães não podemos fazê-lo e depois, por muita capacidade que tenha o canil e o parque de matilhas que está em funcionamento, há limites e isso condiciona um bocado esse papel, mas vamos continuar a investir nesta área. Quanto à questão do *Futebol Clube de Cristelo* e do *União Sport Clube de Paredes*, juntamo-nos a vocês nessa felicitação, aliás, o *Futebol Clube de Cristelo* tem praticamente garantida a subida, o *União Sport Clube de Paredes*





é que ainda tem de disputar a fase de subida. Quanto às questões que foram colocadas pela senhora vereadora Sandra Martins, no que diz respeito às estradas do concelho, dizer que já este ano vão ser intervencionadas uma série de estradas e no próximo mandato assim o será também. Houve alguns atrasos propositados porque temos candidaturas para saneamento e se já tivéssemos pavimentado íamos ter que as rasgar para colocar o saneamento e isso causa constrangimentos, de qualquer forma, há algumas ruas em que já nem se coloca a questão, não só aqui em Paredes como também noutras freguesias e, entretanto, vocês vão dar conta dessas pavimentações. Quanto à questão dos terrenos na *Zona Industrial de Parada/Baltar*, informar que tivemos negociações e ainda estamos a ter com os proprietários. Com um dos proprietários as negociações não chegaram a bom porto e, portanto, vamos ter que partir para a expropriação, ou seja, uma parte do terreno mais direita foi vendida salvo erro a 33 € o m² e a parte que tinha um declive muito grande foi a cerca de 8 €. Para ter uma ideia, a pessoa que esteve aqui a negociar connosco queria que lhe pagássemos o terreno a 100 € o m², portanto, isso era completamente impossível, eu próprio não tinha uma avaliação que me permitisse comprar por esse preço, não podia e, portanto, não restou outra alternativa. Acho que seria justo até nós comprarmos pelo preço que vendemos, aliás, é isso que está em cima da mesa no caso da outra negociação com os outros proprietários. Primeiro ainda houve dificuldades em ver onde é que os terrenos estão, porque são muitas tiras e o proprietário diz que tem aqui um terreno num lote em que a antiga *AE Paredes* comprou terrenos naquele mesmo local. A identificação desses terrenos é complexa e o que está em cima da mesa é tentar comprar pelo preço que nós vendemos, porque acho que é inteiramente justo. As pessoas ficaram de dar uma resposta e se não chegarmos a acordo lá está, não nos resta outra alternativa senão avançar com a expropriação, porque o que está em causa é o bem comum, são parcelas de terreno que em termos individuais não dão para construir nada, até porque não têm a dimensão necessária e no conjunto permitem que nós fixemos lá mais empresas e, portanto, não nos restará outra alternativa senão avançar para as expropriações.”

Entretanto foi aceite e posto à votação o *VOTO DE PESAR*, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO




Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia catorze de abril do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: dois milhões oitocentos e oitenta mil vinte e oito euros e noventa e um cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: três milhões quatrocentos e dezoito mil setenta e um euros e quarenta e um cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

3 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, vinte e um mil quatrocentos e noventa, datada de nove de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de três a trinta e um de março do corrente ano, no montante de dois milhões, trezentos e dezasseis mil, quinhentos e oitenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

4 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 8ª ALTERAÇÃO ANO 2025 - 6ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 6ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PPI E ANOS SEGUINTE - 6ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento, 8ª alteração ano 2025 - 6ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 6ª alteração permutativa ao PPI e anos seguintes - 6ª alteração permutativa ao Plano Atividades Municipais.





A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 9ª ALTERAÇÃO ANO 2025 - 7ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 7ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PPI E ANOS SEGUINTE - 7ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento, 9ª alteração ano 2025 - 7ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 7ª alteração permutativa ao PPI e anos seguintes - 7ª alteração permutativa ao Plano Atividades Municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

6 - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DOS SMAS DE PAREDES - 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2025 - 3ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a proposta de modificação ao orçamento dos SMAS de Paredes - 4ª alteração orçamental de 2025 - 3ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

7 - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DOS SMAS DE PAREDES - 5ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2025 - 4ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 3ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a proposta de modificação ao orçamento dos SMAS de Paredes - 5ª alteração orçamental de 2025 - 4ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 3ª





alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

8 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA OS COLABORADORES DOS SMAS DE PAREDES AFETOS AO MAPA DE PESSOAL RESIDUAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião o ofício proveniente dos SMAS Paredes, com a referência nº 42, datado de oito de abril do corrente ano, referente à abertura de procedimento concursal para colaboradores dos SMAS de Paredes afetos ao Mapa de Pessoal Residual.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “Isto tem a ver com o procedimento para que aqueles trabalhadores que ainda estavam contratados pelos SMAS com vínculo de emprego privado e não de emprego público possam também passar para emprego público por forma a que, em termos de carreiras, todos estejam no mesmo patamar.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM OITO VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA DR^a SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA OS COLABORADORES DOS SMAS DE PAREDES AFETOS AO MAPA DE PESSOAL RESIDUAL CONFORME PROPOSTO.

9 - CONCURSO INTERNO DE ACESSO LIMITADO PARA RECRUTAMENTO DE UM AGENTE MUNICIPAL GRADUADO COORDENADOR - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Recursos Humanos com o número de identificação de processo geral, dezanove mil duzentos e noventa e dois, datada de um de abril do corrente ano, relacionada com o concurso interno de acesso limitado para recrutamento de um Agente Municipal Graduado Coordenador.



Interveio o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que se trata de um concurso de subida de escalão para a Polícia Municipal.

Colocado o assunto a votação,

CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE TRÊS DE ABRIL DO CORRENTE ANO, QUE AUTORIZOU A ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE CONCURSO INTERNO DE ACESSO LIMITADO PARA RECRUTAMENTO DE UM AGENTE MUNICIPAL GRADUADO COORDENADOR, PARA CONCURSO INTERNO DE ACESSO GERAL PARA RECRUTAMENTO DE UM AGENTE MUNICIPAL GRADUADO COORDENADOR.

10 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROMOÇÃO DE AGENTES DESTA POLÍCIA MUNICIPAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Recursos Humanos com o número de identificação de processo geral, catorze mil quatrocentos e quinze, datada de vinte e seis de março do corrente ano, relacionada com a abertura de procedimentos concursais para promoção de agentes da Polícia Municipal de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS INTERNOS DE ACESSO GERAL, DE ACORDO COM A INFORMAÇÃO APRESENTADA.

11 - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL (LAVADOR AUTO) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral, oito mil





seiscentos e dois, datada de sete de fevereiro do corrente ano, a propor a abertura de procedimento concursal para recrutamento de um assistente operacional – lavador auto.

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Senhor Presidente, aqui diz que é um *Lavador Auto*, deve ser para lavar as viaturas correspondentes. Eu votarei contra por uma questão de princípio, porque desde o início tenho dito que temos vindo a aumentar o quadro de pessoal e por esse princípio, terei contra.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS, UM VOTO CONTRA DO VEREADOR RICARDO SOUSA DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA DR^a SANDRA MARTINS DO PSD, AUTORIZAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL (LAVADOR AUTO) CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

12 - RELATÓRIO ANUAL DO CANAL DE DENÚNCIAS (REFERENTE AO ANO TRANSACTO DE 2024) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Assuntos Jurídicos com o número de identificação de processo geral, dezasseis mil quatrocentos e catorze, datada de dezassete de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o Relatório Anual do Canal de Denúncias referente ao ano 2024.

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Senhor Presidente, nós temos 26 denúncias e 0 processos, diz que não tinha enquadramento ao abrigo do *RGPD*, mas não tinha enquadramento no item que a pessoa seleccionou ou não tinha efetivamente enquadramento no cômputo geral do Regulamento?”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que adiantou: “Senhor Presidente, nós temos 26



denúncias e 0 processos, diz que não tinha enquadramento ao abrigo do *RGPDI*, mas não tinha enquadramento no item que a pessoa selecionou ou não tinha efetivamente enquadramento no cômputo geral do Regulamento?”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O RELATÓRIO ANUAL DO CANAL DE DENÚNCIAS REFERENTE AO ANO 2024.

13 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE EMPRESARIAL DE BALTAR/PARADA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Assuntos Jurídicos com o número de identificação de processo geral, dezoito mil cento e sessenta e nove, datada de nove de abril do corrente ano, relacionada com a alteração ao Regulamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “Já foi aqui explicado do que se trata, ou seja, quem tem empresas no *Parque Empresarial de Parada/Baltar* paga um condomínio que tem a ver com a manutenção da *ETAR* que lá está, essencialmente tem a ver com isso. A questão que se pôs foi que, aqueles lotes em que as empresas estão em construção, enquanto não estiverem construídos, não pagarem esse valor o que me parece justo. Isto porque se o principal advém da questão do funcionamento da *ETAR*, essas empresas não estão a usufruir dela.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO Nº 2 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO DO PARQUE EMPRESARIAL DE BALTAR/PARADA, CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

14 - APROVAÇÃO DE PROPOSTAS, RELATÓRIO FINAL DO JÚRI, DECISÃO DE



ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DAS MINUTAS DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DO 1º 2º 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO DO MUNICÍPIO DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Aprovisionamento e Património, Unidade de Gestão da Contratação e Aprovisionamento com o número de identificação de processo geral cinquenta e quatro mil setecentos e setenta e cinco, datada de trinta e um de março do corrente ano relacionada com o *Concurso Público Internacional para Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares em Estabelecimentos de Educação Pré-escolar do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Município de Paredes*.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que sublinhou: “Trata-se do concurso público para as refeições em Paredes sendo que há 4 lotes para adjudicar e 3 lotes para revogar e que depois terá de ser lançado novo concurso. Dar nota de que havia um erro no numerário do valor das adjudicações, o valor por extenso está correto.”

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Senhor Presidente, eu vou votar a favor, até porque a última coisa que eu queria era que os nossos alunos ficassem sem refeições, mas deixar aqui um alerta, porque chamou-me muito a atenção, porque nós temos vindo a perceber que algumas associações ou entidades do concelho que serviam estas refeições têm vindo a deixar cair este serviço. No início aderiram ao serviço porque, naturalmente, criava algum rendimento para fazerem face às despesas que têm e que todos nós sabemos e percebemos que nessas instituições, nessas *IPSS*, o dinheiro que é atribuído pela *Segurança Social* a cada utente não é suficiente e os corpos diretivos têm que ser muito criativos. Nós ao percebermos que aquelas que prestam um serviço de maior proximidade se vão distanciando deste serviço é por uma razão única e exclusiva que todos nós percebemos, tem a ver com o custo da refeição. Eu deixava aqui um alerta, há aqui algumas como Sobrosa, Louredo e na Sobreira que também vão prestando esse serviço e fico muito contente por esse esforço por parte destas *IPSS*, até porque esse serviço de proximidade cria, se calhar, melhor conforto nas refeições dos nossos estudantes e o alerta que





queria deixar é que, se fosse possível, ajustássemos um valor e convencêssemos outras *IPSS*. O meu sonho, digamos, seria que nós tivéssemos como há muitos anos atrás, as cantinas a funcionar na escola com as refeições quentes na hora em que os alunos estariam para almoçar, isso hoje é quase impossível ou será muito difícil. Mas este serviço que é prestado pelas *IPSS* cria essa proximidade e tentarmos, até porque percebemos que no último pacote o valor que era pago às empresas internacionais ou multinacionais que ganharam tinha um custo ligeiramente superior ao que nós pagamos a algumas *IPSS*. Naturalmente que também apoiamos as *IPSS* de outra maneira, mas se pudéssemos tentar como valores que pudessem convencer as *IPSS* a prestar esse serviço, seria naturalmente uma mais-valia para os estudantes e para as refeições. Infelizmente para muitos deles é a melhor refeição que têm no dia e se tiver qualidade, acho que todos ficamos a ganhar. Era este o alerta que queria fazer, mas naturalmente que não quero que estejam sem refeições ou ser incoerente com isso e votarei a favor.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “O problema é que são concursos públicos e nós não conseguimos controlar isso, há um preço/base que nós colocamos e quem tiver o preço mais baixo é quem tem ganha, portanto, não temos hipótese nenhuma de controlar isso.”

O Senhor vereador Ricardo Sousa questionou sobre qual o valor que está a ser pago a Louredo e à *EUREST*, pois que havia uma discriminação de valores.

O Senhor Presidente referiu, entretanto: “Pode até ser o mesmo agora o preço/base a lançar é maior ou menor dependendo do número de refeições.”

O Senhor vereador Ricardo Sousa disse o seguinte: “Para uma *IPSS* convém explicar isto porque nós sabemos quem é que está com dificuldades e que se calhar vai deixar cair ou deixou cair, isso não interessa agora. O mais importante era sensibilizá-las para prestar este serviço porque, podem achar que não, mas no meu entender, este serviço de proximidade é uma mais-valia.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PROPOSTAS, O



RELATÓRIO FINAL DO JÚRI, A DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, AS MINUTAS DOS CONTRATOS, BEM COMO A EXCLUSÃO DOS RESTANTES LOTES CONFORME CONSTA DO RELATÓRIO FINAL DO JÚRI. MAIS DELIBERA DELEGAR NO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL A CONDUÇÃO DOS RESTANTES PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO LEGAIS NECESSÁRIOS À EFETIVAÇÃO DOS MESMOS. MAIS DELIBERA ALTERAR O VALOR EM NUMERÁRIO CONSTANTE DA MINUTA REFERENTE AO LOTE 7 PARA O VALOR DE € 2.444.554,35, EM CONFORMIDADE COM O EXTENSO EXPRESSO NA REFERIDA MINUTA.

15 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa – Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral vinte e um mil setecentos e setenta e nove, datada de nove de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 19 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

16 - PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E PRORROGAÇÃO DE PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS NO ÂMBITO DA EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO DE GANDRA" - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente do Pelouro de Obras Municipais, Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo




geral, doze mil setecentos e cinquenta e quatro, datada de dezoito de março do corrente ano, relacionada com a *Construção do Parque Urbano de Gandra*.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DATADO DE DEZOITO DE MARÇO DO CORRENTE ANO QUE AUTORIZOU A PRORROGAÇÃO DE PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, A SUA PUBLICITAÇÃO NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA vortalGOV E A NOTIFICAÇÃO A TODOS OS INTERESSADOS, BEM COMO A SUA ANEXAÇÃO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO QUE SE ENCONTRAM PATENTES PARA CONSULTA.

17 - PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E LISTA DE ERROS E OMISSÕES NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO CONJUNTO HABITACIONAL A CUSTOS ACESSÍVEIS, BALTAR" - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente do Pelouro de Obras Municipais, Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral, treze mil quinhentos e quarenta e três, datada de trinta e um de março do corrente ano, relacionada com a *Construção do Conjunto Habitacional a Custos Acessíveis – Baltar*.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DATADO DE TRINTA E UM DE MARÇO DO CORRENTE ANO QUE APROVOU OS ESCLARECIMENTOS, A LISTA DE ERROS E OMISSÕES ACEITES PELO PROJETISTA E A RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, A SUA PUBLICITAÇÃO NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA vortalGOV E A NOTIFICAÇÃO A TODOS OS INTERESSADOS, BEM COMO A SUA ANEXAÇÃO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO QUE SE ENCONTRAM





PATENTES PARA CONSULTA.

18 - DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO CONJUNTO HABITACIONAL A CUSTOS ACESSÍVEIS - BALTAR" - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente do Pelouro de Obras Municipais, Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral, treze mil quinhentos e quarenta e três, datada de quatro de abril do corrente ano, relacionada com a *Construção Conjunto Habitacional a Custos Acessíveis – Baltar*.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que referiu: “O prazo que tínhamos para esclarecer algumas dúvidas não era suficiente e por isso no ponto 18 anulámos o concurso que estava em vigor para prestar essas declarações com mais tempo e dar mais tempo às pessoas para elas responderem e daí que o ponto 18 é a anulação do anterior concurso e o ponto 19 é a abertura de novo concurso.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que observou:

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM OITO VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DO VEREADOR RICARDO SOUSA DO PSD, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE QUATRO DE ABRIL DO CORRENTE ANO QUE APROVOU A DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO CONJUNTO HABITACIONAL A CUSTOS ACESSÍVEIS - BALTAR".

19 - PROPOSTA PARA A DECISÃO DE CONTRATAR, ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES EM BALTAR A CUSTOS





ACESSÍVEIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Obras Municipais, Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral, vinte e um mil quatrocentos e trinta e seis, datada de dez de abril do corrente ano, relacionada com a *Construção de Habitações em Baltar a Custos Acessíveis*.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A DECISÃO DE CONTRATAR, A ESCOLHA DO TIPO DE PROCEDIMENTO, BEM COMO AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO NO ÂMBITO DA EMPREITADA POR CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES EM BALTAR A CUSTOS ACESSÍVEIS”, MEDIANTE PRÉVIA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS DE DOTAÇÃO E COMPROMISSO ORÇAMENTAL.

20 - PROJETO DO REGULAMENTO "BOLSA DE ASSISTENTES CULTURAIS" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Organização de Eventos com o número de identificação de processo geral, vinte mil oitocentos e dezoito, datada de sete de abril do corrente ano, relacionada com o projeto do Regulamento “Bolsa de Assistentes Culturais”.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o presente assunto tem a ver com as pessoas que prestam apoio no CCP.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJETO DO REGULAMENTO “BOLSA DE ASSISTENTES CULTURAIS”.



21 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO (PER), PROCESSO Nº 237/23LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho datado de 3 de abril do corrente ano, proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, relacionado com o pedido de legalização de obras de ampliação de uma habitação em cave destinada a garagem/arrecadação/arrumos e alteração de arranjos exteriores.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR O PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO EM CAVE DESTINADA A GARAGEM/ARRECADAÇÃO/ARRUMOS E ALTERAÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES - PROC.º 237/23LI, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

22 - APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO DO ARRUAMENTO QUE CONFINA COM O PROCESSO Nº 63/25LI DESIGNADO POR "LIGAÇÃO ENTRE A RUA DOS MARCENEIROS E A RUA DE BAUCAU, LORDELO" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Unidade de Informação Espacial com despacho datado de dez de abril do corrente ano, relacionada com o estudo técnico de arruamento.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: "O que é que isto significa? Significa que é uma construção num local onde está prevista uma rua e como tal, essa rua depois tem um canal que tem que ser concretizado para ver se permite essa construção ou não. É o que está aqui em causa, é a aprovação desse estudo do canal para depois o processo poder avançar."





Colocado o assunto na votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O ESTUDO TÉCNICO DO ARRUAMENTO QUE CONFINA COM O PROCESSO Nº 63/25LI DESIGNADO POR "LIGAÇÃO ENTRE A RUA DOS MARCENEIROS E A RUA DE BAUCAU, LORDELO", NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

23 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 263/21LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, com despacho datado de vinte e oito de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 263/21LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Apesar de me abster em todos eles, no ponto 27 era um processo de legalização de um imóvel e depois a associação deixou cair a legalização? Só citei isso porque atendendo a que é uma associação de Recarei, Associação de Caça e Pesca não responder, primeiro pede a legalização do respetivo equipamento depois não responde.”

O Senhor Presidente da Câmara referiu desconhecer que se trata de uma associação, mas que foram feitas todas as diligências no sentido da legalização e que os serviços não obtiveram qualquer resposta.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 263/21LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.



24 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 193/22LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, com despacho datado de vinte e oito de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 193/22LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 193/22LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

25 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 52/23LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, com despacho datado de sete de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 52/23LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 52/23LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

26 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 188/21LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, com despacho datado de sete de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 188/21LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 188/21LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

27 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº54/15LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, com despacho datado de oito de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 54/15LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 54/15LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

28 - PROPOSTA DE PARECER FAVORÁVEL À TRANSFERÊNCIA DA FARMÁCIA VITÓRIA PARA OUTRAS INSTALAÇÕES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Planeamento, Unidade de Informação Espacial com o número de identificação de processo geral vinte e um mil duzentos e setenta e nove datada de oito de abril do corrente ano, a solicitar parecer favorável para a



transferência da Farmácia Vitória em Beire para novas instalações em Gondalães, atual Freguesia de Paredes.

A vereadora Dr^a Beatriz Meireles informou que não participava na discussão e votação do presente assunto.

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que realçou: “Senhor Presidente, os argumentos transitáveis alguns eu compreendo outros não compreendo, não vou ser um obstáculo para a mudança da farmácia, acho até que o Presidente da Junta da respetiva freguesia devia ser o primeiro a defender a perda de uma valência da freguesia, porque efetivamente ela passa da freguesia de Beire para a freguesia de Paredes. Apesar da distância não ser tão grande quanto isso, é uma perda de valência para a respetiva freguesia. Eu só discordo de uma coisa, é que efetivamente quem conhece a rua e naturalmente que o Senhor Presidente conhece, a chegar à rotunda dos Gaiatos, esta rua que vem de Gondalães e da Igreja de Bitarães é muito mais transitada todos os dias do que a outra que vai depois em direção a Louredo. As condições de estacionamento são muito parecidas numa e noutra e a proximidade à rotunda tenho dúvidas que que vá melhorar o estacionamento, até porque a outra tinha um terreno contíguo ao edifício que permitia o estacionamento e aqui não tem nada, tem 2 ou 3 lugares em frente à mercearia e vai usar o armazém ao lado. Tenho muitas dúvidas disso, ainda por cima se quer aumentar os serviços com um posto de recolha de sangue para fazer análises, ainda vai piorar e eu tenho muitas dúvidas ou até tenho forte convicção de que não vai melhorar, vai piorar e é uma zona de saída de curva e acho que poderá criar constrangimentos. Só queria deixar este alerta, vou votar a favor, aliás, cada um depois terá a sua responsabilidade, nós teremos a nossa de aprovar, mas quem lá estará todos os dias a trabalhar também terá essa responsabilidade, mas há aqui 2 questões que me saltaram à vista. Primeiro, uma das freguesias do concelho deixa de ter uma farmácia, passa a ser inserida na cidade de Paredes, a cidade de Paredes já tem algumas e passa a ter mais uma, a denominação que terá quando se procurar, uma freguesia que é Beire deixa de ter mais uma valência. A outra questão que também é muito pertinente para mim é que não concordo com a descrição, as outras questões que estão na descrição acho razoavelmente bem, essa do estacionamento sinceramente não me colhe. Quem conhece bem, eu passo lá todos os dias em horários muito diferentes, tenho conhecimento perfeito daquilo que estou a falar, é uma zona que



quem sai da rotunda vem em aceleração, quem vem do outro lado há muito trânsito e a rotunda existe precisamente para dividir o trânsito para São Luiz, Beire e para Louredo. A faixa que vem a seguir apanha precisamente só um terço ou um quarto do trânsito que passa para o local onde quer ir e as bandas de estacionamento em frente à farmácia já não são um desconforto porque é longe da rotunda e o que tem ali para estacionar são 2 ou 3 lugares. Sabendo que ao lado tem uma mercearia e quem costuma ver sempre a carrinha da mercearia mais um carro de um ou outro cliente, ter ali uma farmácia é um problema, mas eu queria deixar este 3 alertas, não serei um obstáculo à passagem da farmácia. Surpreende-me também que a Junta de Freguesia de Beire não tenha tomado uma posição sobre uma perda de valência na sua freguesia.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que afirmou: “Eu devo dizer que não partilho desse provincianismo bacoco do senhor vereador, portanto, se estivéssemos a falar de uma farmácia que saiu de Paredes para Paços de Ferreira, agora estamos a falar de uma farmácia que se vai deslocar 200 metros e não vejo isso dessa forma. Se a farmácia vai ter melhores instalações a 200 ou 150 metros de onde estava acho isso muito bem e se está ao lado de uma mercearia não vejo qualquer problema a esse nível. Aliás, a maior parte dos clientes são da zona de Beire, não vejo qualquer perda de valência.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DA FARMÁCIA VITÓRIA EM BEIRE, PARA NOVAS INSTALAÇÕES EM GONDALÃES, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES, CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO TÉCNICA.

29 - TOPONÍMIA DE MOURIZ (CALÇADA DO CALVÁRIO) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Departamento de Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento, com o número de identificação de processo geral, setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e três barra vinte e quatro, datada de dezoito de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com





a toponímia em Mouriz, atual freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA EM MOURIZ, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES - CALÇADA DO CALVÁRIO, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

30 - TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE PAREDES, EXTINTA CASTELÕES DE CEPEDA (RUA FONTE SACRA) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Departamento de Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento, com o número de identificação de processo geral, setenta mil novecentos e cinquenta e nove barra vinte e quatro, datada de dezanove de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia em Castelões de Cepeda, atual freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA EM CASTELÕES DE CEPEDA, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES - RUA FONTE SACRA, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

31 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral vinte e um mil cento e noventa e nove, datada de oito de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 23 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer



técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social e ainda a listagem de requerimentos cujo parecer técnico foi desfavorável.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REFERENTE AOS 23 PROCESSOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXOS À INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 25 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

32 - REFORÇO DA RÚBRICA DE COMBUSTÍVEL DO FUNDO DE MANEIO DE OFICINAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação de processo geral quinze mil novecentos e sessenta e seis, datada de catorze de março do corrente ano relacionada com o reforço da rubrica de combustível do fundo de maneo das oficinas.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O REFORÇO DA RÚBRICA DE COMBUSTÍVEL DO FUNDO DE MANEIO DAS OFICINAS CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

33 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CETE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil, com o número





de identificação do processo geral vinte mil novecentos e quarenta e oito, datada de oito de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cete.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que adiantou: “Trata-se de um apoio que foi solicitado para fazer face a questões logísticas, nomeadamente com o aluguer de palco, de som e de luz, no âmbito da celebração do centenário dos Bombeiros Voluntários de Cete no valor de 4.000 €.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 4.000 À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CETE CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

34 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL ÀS CORPORações DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA DO CONCELHO DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil, com o número de identificação do processo geral dezoito mil oitocentos e vinte e cinco, datada de vinte e oito de março do corrente ano, relacionada com a atribuição do subsídio anual às corporações de Bombeiros Voluntários e delegações da Cruz Vermelha.

O vereador Dr. Francisco Leal informou que não participava na discussão e votação do presente assunto.

O Senhor vereador Ricardo Sousa disse o seguinte: “Naturalmente que o valor tem vindo a aumentar todos os anos, temos que o reconhecer, sabendo que este dinheiro é sempre pouco para as associações humanitárias, naturalmente que vou votar a favor. Deixar aqui um alerta também, principalmente para as delegações Cruz Vermelha, os Bombeiros vão receber 55.000 € cada associação e podíamos aumentar o valor para as delegações porque também têm um trabalho



incontável no concelho de Paredes e que ajudam muito no socorro daí deixar só este alerta.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que observou: “Como sabe, o subsídio já é o dobro daquele que era quando chegámos cá em 2017, de qualquer forma, nunca olhei para este subsídio como um final em si. O que é que interessa estarmos a dar 5.000 € se ainda agora estamos a pagar uma ambulância para a Cruz Vermelha de Vilela que custa 60.000 € ou estar a dar 55.000 € aos Bombeiros quando já apoiámos quartéis com mais de 1 milhão de euros? Ainda agora vamos apoiar em mais 250.000 € obras no quartel dos Bombeiros de Cete, portanto, este é mais um valor com significado para as despesas correntes e depois, sempre que têm necessidade de apoios estruturais nós cá estamos para dar esses apoios.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA DO CONCELHO DE PAREDES CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

35 - PROGRAMA DE INCENTIVO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Proteção Animal, Unidade de Saúde Pública Veterinária e Proteção Animal, com o número de identificação do processo geral vinte e um mil setecentos e cinquenta e sete, datada de nove de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 07 processos relacionados com o apoio à esterilização de cães e gatos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12º DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS E NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, APROVAR OS



PEDIDOS DE APOIO NELA CONSTANTES. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS 10 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

36 - SISTEMATIZAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS ATRIBUÍDOS PELO MUNICÍPIO DE PAREDES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, MÊS DE FEVEREIRO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação de processo geral, catorze mil trezentos e noventa e dois, datada de sete de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal uma sistematização de dados dos agregados familiares apoiados no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS de Paredes, referente ao mês de fevereiro.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

37 - SISTEMATIZAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS ATRIBUÍDOS PELO MUNICÍPIO DE PAREDES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, MÊS DE MARÇO DE 2025 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação de processo geral, vinte mil seiscientos e trinta, datada de quatro de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal uma sistematização de dados dos agregados familiares apoiados no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS de Paredes, referente ao mês de março.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

38 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EAPN, REDE



EUROPEIA ANTI-POBREZA PORTUGAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação de processo geral, dezasseis mil setecentos e trinta e dois, datada de dezoito de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Paredes e a EAPN, REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA PORTUGAL.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EAPN, REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA PORTUGAL, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

39 - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral, dezanove mil trezentos e sete, datada de um de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal autorização para o início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais.

Usou da palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Só um reparo e tenho dito isto noutras situações também, aqui a Dr^a Maria João é quem vem apresentar a proposta e vem auto propor-se para ser ela a gerir. Acho que faria sentido ser outra pessoa a propor o nome dela, é só um reparo.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Ela é coordenadora e propõe a alteração que vai a discussão, aliás, é ela que tem que assumir a responsabilidade da proposta que




está a fazer. Não vejo qualquer tipo de problema.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA COM OITO VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA DR^a SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR:

- 1- O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO CITADO REGULAMENTO;
- 2- A NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO: MARIA JOÃO PINHO - DIRIGENTE INTERMÉDIA DE 3º GRAU DA UNIDADE DE HABITAÇÃO, REDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
- 3- A FIXAÇÃO DO PRAZO PARA CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO EM CAUSA: 15 DIAS;
- 4- A FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS: COMUNICAÇÃO ESCRITA QUE CONTENHA NOME COMPLETO, MORADA E NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL, ENVIADA POR CORREIO ELETRÓNICO PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:
mjoao.pinho@cm-paredes.pt

40 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 15936/25 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral, quinze mil novecentos e trinta e seis, datada de catorze de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico para aquisição de prótese dentária.

Colocado o assunto a votação,





A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS PROPOSTOS NO RELATÓRIO SOCIAL ANEXO À INFORMAÇÃO APRESENTADA, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NIPG: 15936/25.

41 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 12615/25 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral, doze mil seiscientos e quinze, datada de vinte de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico para aquisição de prótese dentária.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS PROPOSTOS NO RELATÓRIO SOCIAL ANEXO À INFORMAÇÃO APRESENTADA, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NIPG: 12615/25.

42 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 13445/25 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral, treze mil quatrocentos e quarenta e cinco, datada de sete de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico para aquisição de prótese dentária.



Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS PROPOSTOS NO RELATÓRIO SOCIAL ANEXO À INFORMAÇÃO APRESENTADA, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NIPG: 13445/25.

43 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 17407/25 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral, dezassete mil quatrocentos e sete, datada de três de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico para aquisição de prótese dentária.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS PROPOSTOS NO RELATÓRIO SOCIAL ANEXO À INFORMAÇÃO APRESENTADA, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NIPG: 17407/25.

44 - ISENÇÃO DAS TAXAS DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação do processo geral catorze mil oitocentos e vinte, datada de dez de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 1 processo de isenção do pagamento das taxas da Tarifa Social da Água, Saneamento e





Resíduos Sólidos por dificuldades económicas, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS, APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS REFERENTE AO PROCESSO OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXO À INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 02 PEDIDOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

45 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação do processo geral vinte mil cento e setenta e cinco, datada de três de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 2 processos de isenção do pagamento das taxas da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos Sólidos por dificuldades económicas, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS, APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS REFERENTE AOS 02 PROCESSOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXOS À

97



INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 02 PEDIDOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

46 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS DE S. VICENTE PAULO, CENTRO SOCIOEDUCATIVO E PROFISSIONAL DA PARTEIRA NO ÂMBITO DA TAXA DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação do processo geral oito mil oitocentos e setenta, datada de onze de março do corrente ano, relacionada com a atribuição de um subsídio à Associação das Obras de S. Vicente Paulo, Centro Socioeducativo e Profissional da Parteira.

O vereador Dr. Francisco Leal informou que não participava na discussão e votação do presente assunto.

O Senhor Presidente referiu: “Isto tem a ver com a licença de utilização para as obras que fizeram no seu centro de dia em que pagaram a licença no valor de 854 euros e agora pedem a devolução dessa taxa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 854,78 PARA CUSTEAR DESPESAS COM A TAXA DE UTILIZAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO Nº 26/19LI.

47 - PEDIDO DE ESTORNO DE VERBA NO ÂMBITO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À CASA DO GAIATO DE BEIRE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação do processo geral



vinte e nove mil oitocentos e oitenta e cinco, datada de quatro de abril do corrente ano, relacionada com o estorno de verba atribuída à Casa do Gaiato de Beire.

O Senhor Presidente da Câmara interveio e salientou: “Trata-se de um subsídio que em tempos tinha sido pedido, mas como fizeram obras de fundo, deixou de ser necessário este subsídio e como tal há que o estornar para depois ser utilizado noutra aplicação qualquer de apoios sociais.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O ESTORNO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 11.299,24 ATRIBUÍDO À CASA DO GAIATO DE BEIRE EM REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 5 DE JULHO DE 2017 CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

48 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO GRUPO DE BOMBOS AMIGOS DE LOUREDO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Cultura, Divisão da Cultura e Turismo, com o número de identificação do processo geral catorze mil cento e trinta e oito, datada de seis de março do corrente ano, relacionada a atribuição de subsídio à Associação Grupo de Bombos Amigos de Louredo.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 500 À ASSOCIAÇÃO GRUPO DE BOMBOS AMIGOS DE LOUREDO CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

49 - NORMAS PARA AS INSCRIÇÕES DE ADMISSÃO NA CRECHE DA EXPANSÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

97



Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Educação, com o número de identificação do processo geral dezoito mil e treze, datada de vinte e cinco de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal as normas para as inscrições de crianças na Creche da Expansão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS NORMAS PARA AS INSCRIÇÕES DE ADMISSÃO NA CRECHE DA EXPANSÃO CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

50 - PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E OUTROS APOIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR, ANO LETIVO 2025/2026 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Educação, com o número de identificação do processo geral vinte mil cento e treze, datada de três de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o Plano de Ação Social Escolar e outros apoios na área da educação e Plano de Transporte Escolar – Ano letivo 2025/2026.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E OUTROS APOIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR – ANO LETIVO 2025/2026 CONFORME PROPOSTO.

51 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO NO "FINAL FOUR CAMPEONATO FEMININO DE SUB-15" - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, vinte e um mil quinhentos e quarenta e três, datada de nove de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Aliados Futebol Clube de Lordelo.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que adiantou: “Estas jogadoras foram disputar uma *final four* e é de assinalar que a equipa de futsal do *Aliados de Lordelo* ombreou com equipas em que todas elas têm equipas no principal escalão do futebol feminino, ou seja, jogou com o Benfica, com o Sporting e com o Nun’ Álvares de Fafe, que são equipas que têm equipas séniores. Portanto, nós entendemos que era de subsidiar o autocarro que as levou e acompanhou durante a estadia em Lisboa durante o período de 4 a 6 de abril.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO NO VALOR DE € 1.415,10, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

52 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO FUTEBOL CLUBE DE PARADA NO ÂMBITO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE IMT - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, vinte mil duzentos e setenta, datada de quatro de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Futebol Clube de Parada.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “Como sabem, o campo do Parada passou para património da freguesia, mas antes disso houve necessidade de legalizar uma parte do campo que



não estava legalizada e ao legalizar essa parte do campo, o clube teve que pagar *IMT* e nós estamos a proceder à devolução do *IMT* no valor de 580 € ao clube.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO FUTEBOL CLUBE DE PARADA NO VALOR DE € 580, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

53 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE LOUREDO NO ÂMBITO DO EVENTO PAREDES HANDBALL CUP 2025 - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, dezanove mil trezentos e cinquenta e nove, datada de um de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação Social e Cultural de Louredo.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que referiu: “Trata-se da associação que vai ficar responsável pela alimentação dos 2.500 atletas e das 150 equipas que vão participar na edição 2005 do *Paredes Handball Cup* de 9 a 13 de julho.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE LOUREDO NO VALOR DE € 30.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.





54 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE LOUREDO NO ÂMBITO DO EVENTO CHALLENGE ESEI CUP PAREDES 2025- APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, dezanove mil trezentos e cinquenta e dois, datada de um de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação Social e Cultural de Louredo.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu: “Uma novidade que vamos introduzir este ano no panorama do desporto que é praticado no concelho de Paredes e cada vez mais Paredes se tem afirmado como uma capital do desporto. Para além do *Paredes Handball Cup*, este ano também vamos ter um mini *Paredes Handball Cup* só dirigido aos escalões mini e que é outra novidade que eu acho que já veio à última reunião de Câmara. Neste ponto vamos ter uma novidade que é o facto de realizarmos um evento como o *Paredes Handball Cup*, mas em futebol, o CHALLENGE ESEI CUP PAREDES 2025 que se vai disputar já esta semana, de 16 a 19 de abril e que vai envolver 2.500 atletas de futebol de formação e 120 equipas de Portugal, Espanha, Canadá e no caso português, teremos todos os clubes grandes representados em equipas de sub-9, sub-10, sub-11, sub1-2 e também de futebol de 7. Tem a particularidade de se desenrolar por vários campos de futebol do concelho de Paredes e, portanto, acho que é mais uma valência e oxalá nos próximos anos se continue com este torneio próximo da Páscoa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE LOUREDO NO VALOR DE € 25.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.



55 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO GRUPO DESPORTIVO DA PORTELA NO ÂMBITO DO “XVI GP DE ATLETISMO DE REBORDOSA” - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, dezanove mil e trezentos, datada de quatro de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo da Portela.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu tratar-se de uma prova que todos os anos é organizada no *Dia da Mãe*.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO GRUPO DESPORTIVO DA PORTELA NO VALOR DE € 2.500, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

56 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO UNIÃO SPORT CLUBE DE PAREDES (VOLEIBOL) NO ÂMBITO DO "TORNEIO INTERNACIONAL DA LOUSÃ XXIII SUMMERCUP" - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, vinte mil e oitenta e três, datada de quatro de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao União Sport Clube de Paredes - Voleibol.

Colocado o assunto a votação,



A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO UNIÃO SPORT CLUBE DE PAREDES - VOLEIBOL NO VALOR DE € 1.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

57 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL NO ÂMBITO DO "WRC VODAFONE RALLY DE PORTUGAL 2025" - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, vinte mil oitocentos e um, datada de sete de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Automóvel Clube de Portugal.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que afirmou: "Uma vez mais teremos o *WRC Vodafone Rally de Portugal de 15 a 18 de maio*, teremos na quinta-feira o *Chakedown* e depois no domingo, último dia da prova, teremos uma primeira passagem em Baltar no troço que temos do Rali e uma segunda passagem da parte da tarde. Portanto, as pessoas podem ir ver a primeira passagem, podem ir votar e depois podem ver a segunda passagem, dá tempo para tudo."

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL NO VALOR DE € 148.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

58 - ADITAMENTO AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO Nº 186 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, vinte mil quinhentos e cinquenta e quatro, datada de quatro de abril do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal o aditamento ao Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo nº 186 - Associação Portuguesa de Deficientes - Delegação Local de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O ADITAMENTO DA CLÁUSULA 1ª DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO Nº 186 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES - DELEGAÇÃO LOCAL DE PAREDES CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

59 - SINALIZAÇÃO VERTICAL EM REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, cento e dois barra vinte e três, datada de doze de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical na freguesia de Rebordosa.

O Senhor vereador Ricardo Sousa alertou para o facto de haver no local uma grande empresa e que a presente sinalização de proibição, a ser no início da via, poderia afetar a mesma.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a proibição ora em discussão abrange a via depois da fábrica em questão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO PROIBIDO A VEÍCULOS COM REBOQUE DE DOIS OU MAIS





EIXOS, DE PESO TOTAL SUPERIOR A DUAS TONELADAS, NA RUA DE SOBREMOÍNHOS, RUA DA SUÍDE E RUA DA LEVANDEIRA, NA FREGUESIA DE REBORDOSA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

60 - SINALIZAÇÃO VERTICAL EM REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, quarenta e cinco mil duzentos e setenta e oito barra vinte e três, datada de doze de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de implantação de sinalização vertical na freguesia de Rebordosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA 1 LUGAR DE AMBULÂNCIAS NA AVENIDA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO PRÓXIMO AO Nº 126 E SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DO CAPELO, NA FREGUESIA DE REBORDOSA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

61 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL PARA IMPLANTAÇÃO DE LUGARES PARA MOBILIDADE CONDICIONADA NA RUA DOS PASTORINHOS E RUA DANIEL FARIA, EM MADALENA, NA FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e oito mil cento e dezasseis barra vinte e quatro, datada de vinte de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal na freguesia de Paredes.



Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL PARA IMPLANTAÇÃO DE LUGARES PARA MOBILIDADE CONDICIONADA NA RUA DOS PASTORINHOS E RUA DANIEL FARIA EM MADALENA, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

62 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA TRAVESSA DO CALVÁRIO, NA FREGUESIA DE GANDRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, catorze mil cento e setenta e cinco, datada de vinte e cinco de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical na freguesia de Gandra.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL NA TRAVESSA DO CALVÁRIO, NA FREGUESIA DE GANDRA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

63 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VIA SEM SAÍDA, NA RUA DO ALTO MONTE, NA FREGUESIA DE CETE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, treze mil trezentos e vinte e três, datada



de vinte e seis de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical na freguesia de Cete.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VIA SEM SAÍDA NA RUA DO ALTO MONTE, NA FREGUESIA DE CETE, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

64 - IMPLANTAÇÃO DE NOVO SENTIDO ÚNICO DE TRÂNSITO E RESPETIVA SINALIZAÇÃO VERTICAL NA TRAVESSA DE SEIXOSO, NA FREGUESIA DE VILELA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, dezoito mil cento e trinta e cinco, datada de vinte e cinco de março do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de implantação de sinalização na freguesia de Vilela.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVO SENTIDO ÚNICO DE TRÂNSITO E RESPETIVA SINALIZAÇÃO VERTICAL NA TRAVESSA DO SEIXOSO, NA FREGUESIA DE VILELA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

65 - IMPLANTAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO EM PARTE DA VIA (RUA DOS MOINHOS), NA




FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, doze mil trezentos e sessenta e sete, datada de sete de abril do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de implantação de sinalização na freguesia de Parada de Todeia.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO EM PARTE DA VIA, RUA DOS MOINHOS, NA FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

66 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia tendo-se verificando as seguintes intervenções: Tomás Correia, Manuel Pinho e Fábio Pinho.

Tomás Correia: “Senhor Presidente, depois de alguma insistência minha a água das piscinas está regularizada, os parabéns porque o problema da água que não estava a chegar quente aos balneários já está resolvido. Continuo a passar na estrada de Beire e Bitarães, não vejo qualquer movimento de máquinas, há buracos por todo o lado e recentemente vi uns comentários de 3 carros que tiveram lá prejuízo, não sei se a Câmara terá que assumir ou não. Temos ruas em Cete e estou a falar nas ruas mais interiores onde passou a conduta do gás que foi para o *Centro Social* e para o *Centro Escolar* que se encontram muito degradadas sobre paralelo onde passaram as valas do gás, que é na Rua do Barreiro, Rua São Sebastião, Rua de Verdial e Rua de Belo Horizonte. O Senhor Presidente disse numa Assembleia Municipal sobre o ordenamento do território que todos



os terrenos tinham acessos, arruamento luz, água e que foi tudo aprovado para construção. Acontece que o senhor Pinto Lopes queria construir 55 habitações, tem todas as infraestruturas necessárias ou até mais do que isso e o terreno foi reprovado para 55 habitações. Acontece que o Senhor fica a perder, poderia melhorar, ver a sua população crescer, era sempre benéfico se aquelas 55 habitações tivessem avançado, o certo é que não avançaram. Vim ontem a Paredes, eu já falei aqui nisto, entra-se aqui em qualquer rua e encontra-se carros parados e podres, alguns com carroçaria, ocupam 2 lugares e não temos onde estacionar, inclusive viaturas no estacionamento para os colaboradores da Câmara.”

Manuel Pinho: “Senhor Presidente, após estes anos começo a conhecê-lo melhor, as suas várias hesitações e grandes hesitações e percebe-se que há aqui problema. Realmente sobre a *unidade resíduos* não era o cheiro o único problema que poderia ter impacto para a sua construção? É público que referiu isso constantemente, inclusive até à população de Baltar e nunca ouvi dizer que poderia ser uma coisa tão grave como essa, a possível permeabilização e problemas desse nível, pelos vistos o estudo demorou tantos anos estava a ser feito à medida, dá a entender. Agora são necessárias bacias de retenção, pior, é preciso fazer mais um outro estudo, porque afinal, nas suas palavras, o facto de existirem bastantes equipamentos industriais na *zona industrial*, isso também tem que ser estudado para futuros e até para a *unidade de resíduos*. Como tal, a população de Baltar, mais uma vez, demonstra que tem razão, se calhar, definitivamente e tudo consta que eram todos menos aquele local para a *unidade de resíduos*. Agora sim, também posso dizer a *fábrica do lixo*, pelos vistos o Senhor Presidente da Câmara não acautelou o interesse das pessoas, além de ter faltado à verdade a elas. Outra situação tem a ver com a sua passividade, é impressionante a passividade que tem em relação à *ETAR* do Rio Ferreira, foi preciso o Senhor vereador Ricardo Sousa vir aqui no 14º dia após o término de um prazo de apresentação de uma coisa tão importante para o concelho de Paredes, que é o projeto ou a candidatura para a construção da nova *ETAR*. Para o Senhor Presidente da Câmara é, *eu vou perguntar, eu vou questionar, eu vou saber* esta passividade, esta relutância e essa desistência de salvaguardar os interesses dos paredenses para mim assusta-me e mais uma vez vamos estar aqui no término do seu mandato e o problema do rio por resolver, essa é que é essa e os paredenses certamente não vão perdoar. Sobre a habitação, é fácil chegar a uma Assembleia Municipal, em reuniões de Câmara e apresentar papéis e que vai ser habitação aqui, habitação ali e por aí fora, mais 50 milhões até superior quase



a 60 milhões. Na realidade diga quantos milhões afinal vão ser gastos e definitivamente se não foi um falhanço aquilo que procurou fazer no âmbito da habitação foi tudo números nas assembleias municipais e comunicação social que vão chegar agora ao final deste seu mandato e praticamente pouca coisa, mas ainda bem que há alguma coisa. Oito anos depois as estradas municipais realmente são um dos cancros além do saneamento básico e pelos vistos vai ser agora também, estes últimos meses vão ser uma loucura, parece-me a mim que não há é dinheiro. Eu tive um problema com o carro ali na zona de Bitarães e o responsável que me resolveu o problema disse claramente que um dos senhores vereadores lhe disse que não há dinheiro para fazer estradas, portanto, vai ter que aguardar. Senhor Presidente, há dinheiro ou não há? Felizmente vamos ter oportunidade de ver as contas, mais uma vez vamos ver um passivo superior a 200 milhões de euros e certamente vamos ver que você vai ter a dívida maior do concelho até agora, não é o maior orçamento. Sobre a falta de estacionamento, realmente vou aproveitar o que o senhor Tomás Correia referiu, porque é que não se paga aqui o estacionamento em Paredes? Porque é que na Avenida da República temos funcionários que deixam o estacionamento e depois estão lá os carros todos a ocupar, quem quiser ir ao comércio local não pode ir. Por que razão é que nenhum parquímetro é vistoriado? É do conhecimento público que aqui em Paredes não se paga estacionamento. Porque é que 8 anos depois não resolveu o problema do trânsito e do estacionamento aqui em Paredes? Não sente que a falha é sua ou vai dizer que é dos outros? Se calhar é dos condutores que vem para cá para Paredes. Sobre a *Comunidade Cigana* também e mais uma vez no *Novum Canal* e nos jornais disse que era até ao final de março que vai ser integrada, afinal é o contrato *a, b, c, d* que falta, só que aqui tudo corre mal para o Senhor Presidente. A culpa é da EDP, é da água, é do gás é qualquer coisa, mas na realidade março já passou, estamos agora em abril. Quando é que vão sair aquelas barracas e quando é que vão sair os carros dessa *Comunidade* que estão por aí a fazer de sucata? Isso é que é importante saber. Por último, também 8 anos depois a *Casa de Juventude*, coitada dela, quantas vezes o Presidente da Câmara é já no próximo mês é já daqui a 2 meses e já no próximo ano. Não é nada, diga para quando é que é."

Fábio Martins: "Tal como já foi dito pela Dr^a Sandra, eu venho manifestar a minha preocupação relativamente ao processo de expropriação em curso dos terrenos da *Zona industrial de Paredes/Baltar*. Os proprietários não foram surpreendidos pela decisão da expropriação, pois a Câmara já os vinha a pressionar nesse sentido e como o Senhor Presidente disse, não conseguiu



chegar a acordo com alguns proprietários porque os valores apresentados não refletiam na opinião dos mesmos e se calhar, também na minha, o verdadeiro valor dos terrenos. Ao longo de várias reuniões com a Câmara foram apresentados diversos valores o que levanta sérias dúvidas quanto à consistência do processo, tal como o conhecimento do verdadeiro valor dos terrenos. O Senhor Presidente referiu que a Câmara vendeu por 8 a 35 euros o metro quadrado dos terrenos. A Câmara vai continuar a falta de transparência? Eu tenho sérias dúvidas relativamente à legitimidade da expropriação em curso devido a diversos fatores. Vai continuar a atrasar o processo de negociação? O motivo da expropriação dado pela Câmara é legítimo dado que os terrenos estão a ser negociados com uma entidade privada?"

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: "Em relação às questões que foram colocadas pelo senhor Tomás Correia e uma delas também foi colocada pelo senhor Manuel Pinho, em Bitarães, o procedimento da pavimentação já está feito há muito tempo, simplesmente estivemos a aguardar as obras do saneamento, foi daquelas situações em que já podíamos ter pavimentado, mas depois teríamos que rasgar estrada. O saneamento está feito, já está testado, foi uma situação que obrigou à colocação de alguns equipamentos especiais porque o caudal daquele saneamento vai para Lousada e não continua em Paredes, daí a necessidade de ter equipamentos para medir o caudal que vai para Lousada. Neste momento está pronto e o que posso dizer é que no início do próximo mês, se não tivemos tempo de chuva como temos agora, vai ser pavimentado, o empreiteiro responsável é o *M. Santos* sendo que esse procedimento já está feito há bastante tempo. Quanto à questão que o senhor Tomás Correia referiu dos paralelos do gás, eu vou pedir à senhora vereadora que averigue, ou seja, nós damos autorização para fazerem essas obras, mas depois têm que deixar aquilo em condições e, portanto, vai-se ver essa questão. Quanto à questão do *PDM* eu vou dar-lhe algumas explicações simples sobre o *PDM*, porque até já foi Presidente de Junta, se calhar vai querer sê-lo novamente e acho que deve perceber como isto funciona. O *PDM* é um documento que muda de tempos em tempos e, se calhar, este mudou passados 15 anos, ou seja, a vontade dessa pessoa em construir era tanta que deixou passar os 15 anos e não construiu. O ter um terreno de construção não é um dado adquirido, não é *ad aeternum*, isto é, enquanto aquele *PDM* estiver em vigor tem oportunidade de construir, se não construiu, depois pode acontecer uma de duas coisas, ou mudam as regras ou não mudam. O que é que mudou ali? Estamos a falar de um terreno enorme e o que o *PDM* diz é que nas zonas urbanas 35



metros para além da estrada, as pessoas podem construir e a parte de dentro são terrenos interiores, sendo que a estrada esteja estruturada, que é o caso, eles podem construir na mesma lá, agora nos terrenos interiores não. Nos terrenos interiores a pessoa devia ter feito um loteamento antes, teve 15 anos para o fazer e não o fez e depois ainda lhes dissemos para apresentar um *PIP* para segurar aquilo, mas o problema é que, talvez por trabalho a mais, nunca levaram o *PIP* até ao final. infelizmente foi isso que aconteceu, de certeza que vocês não devem ter mais consideração do que eu tenho por aquelas pessoas, são pessoas que são empreendedores, agora há regras e as regras são para todos. Não é pelo facto de uns serem mais empreendedores que outros ou mais beneméritos, as regras são as mesmas, portanto, o *PIP* não foi até ao final, o que ficou foi 35 metros da estrada para dentro pode construir agora não dá é para construir as habitações todas que no passado podia ter construído, mas que não construiu, é tão simples quanto isto. Quanto à questão do estacionamento em Paredes, é óbvio que a saída da Comunidade Cigana das barracas tem por base disciplinar a questão do estacionamento, as últimas mudanças acontecerão amanhã e penso que, a partir de quinta-feira, já teremos obras de demolição das barracas e depois relativamente às viaturas, cá estaremos para ver se isso melhorou ou não. Quanto às questões que foram colocadas pelo senhor Manuel Pinho, repare-se que a *montanha pariu um rato* porque estavam à espera que houvesse odores na *Unidade de Resíduos*, esse é que era o grande problema porque o principal impacto daquilo era a questão do odor. Logo no início foi feito um estudo de incidências ambientais que ditou que se fossem usados aqueles filtros e de forma fechada, isso estava fora de questão, daí que segundo o estudo de impacto ambiental, quanto a isso não há nada a assinalar. A única coisa a assinalar nem tem a ver com a *Unidade de Resíduos*, mas sim com o facto de ser uma zona industrial já com muitas empresas e nós temos que acautelar a questão das águas pluviais, aliás, existe o mesmo problema em todas as zonas industriais. Uma vez que vamos instalar ainda mais empresas e esse terreno que foi vendido em Baltar é justamente para instalar lá mais empresas e essas empresas ficam a montante dessa unidade daí eu dizer que eu próprio vou agora pedir um estudo para acautelar essas questões de águas pluviais sem ser obrigado a fazê-lo, mas vou pedir porque acho que faz todo o sentido, mas não tem nada a ver com a Unidade de *Gestão de Resíduos Orgânicos*. Quanto à *ETAR de Arreigada*, eu preocupo-me sobretudo com aqueles problemas que posso ser eu a resolver, aqueles que são outros que têm que os resolver aí a minha preocupação é andar em cima, acompanhar, mas não posso fazer muito mais do que isso. O que está aqui em causa é exatamente isso, ou seja, a *Águas de Paços de Ferreira*



tem que submeter essa candidatura até ao prazo que tiver que o fazer e tem que haver fundos da parte do Governo para fazer essa *ETAR*, é assim que se está a resolver essa situação. Quanto à questão da habitação social, como sabe, nós tivemos muitas candidaturas apresentadas e dessas candidaturas, algumas vieram aprovadas e outras estão à espera do financiamento do *BEI* como já aqui referi para se avançar com essas candidaturas. Quanto à questão dos parquímetros, estes parquímetros estão obsoletos e nós vamos substituí-los, é um investimento que vai ser feito muito em breve, vai começar até pela Avenida da República. Podíamos ter optado por uma parceria público-privada, ficarmos com uma parte da receita e entregarmos isso a uma empresa, mas eu optei por não o fazer, entendi que devíamos ser nós a fazer o investimento e sermos nós a controlar o estacionamento e, portanto, em breve em breve terá novos parquímetros. Quanto à questão da *Casa da Juventude*, já está a ser usada, já temos feito lá eventos, está pronta e já está a ser usada pelos jovens. Quanto às questões que foram colocadas pelo senhor Fábio Martins, eu no fundo, acabei por responder a elas até durante a minha intervenção da reunião de Câmara. Houve negociações com 2 proprietários, com um deles não houve acordo possível porque eu não consigo comprar pelo valor que foi pedido e mesmo que quisesse e achasse justo que não é, eu não podia comprar, porque não tenho uma avaliação que sustente. Eu não posso comprar um terreno ao preço que eu quiser, tenho que comprar ao preço que o avaliador me diga que é justo comprar e, portanto, não houve negociação possível e por isso vai ser feita a expropriação. Quanto a outros proprietários ainda está em cima da mesa a questão de aceitarem que nós compremos pelo valor que vendemos, eu até acho justo, aliás, a própria pessoa a quem vamos expropriar terá oportunidade de se manifestar se quiser vender ao preço que nós vedemos, nós estamos na disposição de o fazer. De resto, dizer-lhe que o que nós fizemos foi com o intuito de fixar novas empresas naquele parque industrial, com o objetivo de criarmos novos empregos, é isso que nos move, é o interesse coletivo. Há uma pessoa que tem uma parcela lá no meio que não serve para nada, não dá para construir por si só um armazém, mas todas juntas, permite depois a construção e é isso que nós estamos a tentar fazer.”

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.



Sendo onze horas e quarenta e seis minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Arménia Sílvia de Carvalho Braga Pereira, Licenciada e Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.



Dra. Sílvia Braga Pereira